

Algumas palavras que se querem simples num momento complicado da vida nacional. Algumas palavras que se querem serenas num momento de agitação de grandes massas humanas deste país que é o nosso. Momento complicado e de agitação, há que dizê-lo, dos corpos como dos espíritos. Antes do «25 de Abril» havia uns juantões que sabiam umas quantas coisas, havia muitos que sabiam pouco e mesmo nada. Depois do «25 de Abril», todos quiseram saber tudo muito depressa, mas, pior do que isso, foi que um grande número julgou, realmente, ter aprendido tudo o que nunca soubera durante uma vida inteira.

O desencadear de uma intensa e vibrante alegria, o movimento libertador das Forças Armadas Portuguesas — e alguém ousará contrapor, hoje ou seja quando for, não ter sido esse um gesto glorioso? —, o misto de estupefacção e euforia, logo seguido de uma desmedida e justa esperança, que animou milhões de portugueses nos últimos dias de Abril e nos primeiros dias de Maio do ano passado, daria, rapidamente, com rapidez excessiva, o passo a uma série de fenómenos perturbadores de uma caminhada que se pretendeu sincera, de um coro que se idealizou uníssono — mas sincera, a caminhada, uníssono, o coro — frisa-se para desfazer dúvidas — tendo em conta os mais elevados, mais caros, mais profundos, mais legítimos anseios de todo um povo abastardado por muitos anos de repressão física, moral e intelectual. Caminhar em sincronia e juntar um coro de vozes uníssonas não significaria gesticulação mecânica, imobilismo mental, macaqueação colectiva; o objectivo era o levantamento em massa de um povo que tinha objectivos perfeitamente determinados e concretos a perseguir, da educação à saúde, da economia à cultura. Portugal estava na vanguarda de uma Europa em que aparecia como o mais velho dos países e, principalmente, como um país que chegara a conduzir a Europa na época de aventura e de austro dos descobrimentos. Com a sua Revolução, em 25 de Abril de 1974, Portugal pretendia, muito concretamente, reconquistar um lugar de dignidade no seio da Europa, no seio da comunidade mundial.

Pouco mais de um ano passou — e muitas coisas se passaram. Hoje, dia 18 de Julho de 1975, não é um país mudo num Ideal de avanço, de progresso, de fraternidade, não é um país de passos sinceros e de vozes uníssonas que apresentamos aos olhos do mundo e aos nossos próprios olhos. Hoje, dia 18 de Julho de 1975, um ano e três meses passados sobre a Libertação, este é um país dividido. Quem o dividiu? Quem tem a ousadia de lançar a primeira pedra? Quem, por brilhante que seja a sua retórica, tentará convencer-nos de que o culpado é este ou aquele? Seremos, na verdade, TODOS culpados?

Responderia que... talvez. Uns, decerto, mais culpados do que outros. Porque, neste processo complexo da reconstrução de Portugal, haverá quem tenha errado por negligência ou boa intenção traída ou avaliação incorrecta — mas pura — das circunstâncias; mas há, também, sem sombra de dúvida, quem tenha errado deliberadamente, por má fé, em obediência a designios sinistros por egoístas, a nível individual ou de classe.

Não nos exaltemos, porém. Aceitemos a divisão de culpas. Aceitemo-las para nos debruçarmos, agora, hoje, dia 18 de Julho de 1975, sobre o essencial. E o essencial é a salvação deste país que é nosso. Não será divididos que salvaremos Portugal, que reconquistaremos a dignidade, que justificaremos o gesto generoso dos militares do «25 de Abril». Não será divididos que ergueremos as escolas que nos faltam, que construiremos as estradas que não temos, que daremos o não que alguns ainda não em, que estruturaremos uma política de saúde e assistência que nos é urgente, que tornaremos produtivo o trabalho nos campos, nas fábricas, nos escritórios, nas oficinas, nas universidades. Não será divididos que poderemos, todos, mostrar ao mundo um rosto de Povo digno.

Neste momento, hoje, dia 18 de Julho de 1975, o germe da divisão cresce monstruosamente — repete-se: monstruosamente! — no nosso país. Cada um de nós, cada grupo, cada partido terá a sua própria opinião sobre a maneira de viver em sociedade; ter opinião própria é sinal de escolha, ter opinião merece respeito, haver muitas opiniões é o que queremos que exista em Portugal. Mas é importante saber-se até que ponto será oportuno, hoje, dia 18 de Julho de 1975, colocar a opinião própria adiante do interesse colectivo; é importante saber-se até que ponto a convicção política é contrária a um movimento de unidade; é importante saber-se até que ponto o partidário, a teimosia, a vontade de imposição das próprias convicções podem subverter uma situação periclitante, implantando um caos de consequências imprevisíveis.

Estaremos, ainda, a tempo de evitar o pior? Teremos, ainda, a humildade de reconhecer os próprios erros, de refrear os próprios impulsos — independentemente da pureza que os motiva — e, em nome do povo português, deter a escalada da confrontação e da violência? Poderemos, ainda, estancar o ódio, sufocar os insultos, reprimir as ambições pessoais e ceder o passo a essa realidade sublime e gigantesca que é a Revolução portuguesa a caminho do socialismo, em hora magnífica iniciada por um punhado de soldados que sonharam, ousaram e fizeram?

—ACENTUA O ENG.º MARTINS PEREIRA AO EXPOR AS RAZÕES QUE O LEVARAM A DEMITIR-SE DO GOVERNO

Ao referir-se à crise política aberta no seio do IV Governo Provisório, primeiro pelo Partido Socialista e, posteriormente, pelo Partido Popular Democrático, «O Primeiro de Janeiro» apontou outros ministros e secretários de Estado que, provavelmente, estavam demissionários, entre os quais o Eng.º João Martins Pereira.

O Eng.º João Martins Pereira entrou para o IV Governo Provisório (formado após o 11 de Março), ocupando a pasta de secretário de Estado da Indústria e Tecnologia. Há três semanas, num hebdomadário de Lisboa, conforme também aludimos, o Eng.º Martins Pereira publicou um artigo «M.F.A. Movimento de Libertação?», no qual criticava as recentes medidas contidas no Plano de Acção Política.

O Eng.º Martins Pereira enviou-nos, com o pedido de publicação, uma explicação acerca dos motivos por que saiu do Governo e apresentou, na última segunda-feira, a demissão ao Primeiro-Ministro.

● OBSERVAÇÕES À SAÍDA NESTA ALTURA DO GOVERNO

«Sair do Governo poucos dias depois de o ter feito o Partido Socialista apresenta o risco evidente de se ver associado nas suas motivações com essa organização partidária.

Sair do Governo, sendo um dos responsáveis por importante sector da actividade económica — a indústria —, no momento em que é grave a situação económica e em que tanto se fala da batalha da economia, implica também o risco de ser acusado de deserção, de abandonar o barco» individualmente quando ele se começa a afundar.

Sair do Governo — sendo mais ou menos conhecido como defensor de um socialismo fortemente descentralizado e de uma via para ele em que, desde já, se acentue o efectivo poder de controlo pelos trabalhadores a vários níveis — no momento em que o M.F.A. aprova um «documento-guia» sobre poder popular que val no mesmo sentido, parece pelo menos incoerente e pode levantar suspeitas quanto à sinceridade das convicções anteriormente exibidas.

Sair do Governo no momento em que alguns parecem interessados, por estratégias obscuras, em descobrir divergências insanáveis dentro do próprio Ministério da Indústria, que não têm o mínimo fundamento, é correr o risco de que esses mesmos se aproveitem disso em seu favor.

Pois bem, sair do Governo nestas condições, quando se está consciente de que se poderá ser objecto de tais acusações e especulações, significa que se tem a coragem política (coisa que tanto tem faltado entre nós!) de tomar, num momento particularmente desfavorável, uma decisão que se está igualmente consciente de não poder adiar mais. E que o único e último serviço que ainda se poderá prestar é precisamente o de explicar publicamente e sem rodeios os porquês profundos deste aparente suicídio político.

A este pequeno luxo se podem dar aqueles que, não recebendo ordens de quaisquer grupos ou partidos, mantêm o privilégio (e a vulnerabilidade, também) de pensar pela sua própria cabeça.

ca mobilizadora. Sucede assim que as massas de apolo destes dois partidos se encontram polarizadas por dois projectos políticos não só inconciliáveis como, provavelmente, ambos inviáveis (o primeiro, pelo menos sem margem a dúvidas).

● «TOMAR CONSCIENCIA DO MITO POVO/M.F.A.»

Ora o tal bloco social antes referido teria que passar por um corte horizontal que unisse uma larga maioria das massas trabalhadoras e certas fracções da pequena e média burguesia (como forças de apoio indispensáveis) em torno de um projecto político viável e claramente acessível, que com nenhum dos anteriores pudesse ser confundido. Mas reconhecer isto é reconhecer várias outras coisas que daí derivam. Em primeiro lugar, que tal projecto político, condição necessária ao avanço seguro do processo revolucionário, não pode ser obra de qualquer «coligação partidária» através da qual se dá apenas uma justaposição (confusão) de projectos incompatíveis. Segundo, e em consequência, que só uma força política acima dos partidos poderia definir tal projecto, impô-lo e discipliná-lo. E terceiro, talvez o mais importante, que é indispensável tomar enfim consciência do mito «Povo/M.F.A.», e compreender que nenhuma revolução se fez com todo o povo: há que ganhar ao processo revolucionário a maioria do povo (sabe-se o que deram revoluções apoiadas em escassas minorias), mas há também que assumir o facto de que se terá uma parte do povo contra o processo. Aqui se põe de novo, em termos de «povo», a questão do bloco social revolucionário.

Mas convém esclarecer: ao falar de «projecto político» não estou a referir-me a qualquer elaboração teórica a priori, mas ao exercício de uma prática coerente em que a clara distanciação dos projectos partidários desse, no quotidiano, os graduais elementos de uma «teorização» cada vez mais estruturada e possível. Uma autoridade política assim fundamentada consolidar-se-á por si mesma, seria inconcebível.

Isto é facilmente compreensível se olharmos à prática partidária: nenhum partido formulou com precisão o seu «projecto político», mas as respectivas práticas são suficientes para que eles se tornem transparentes. De um lado o culto do voto, do parlamentarismo, das «liberdades» em abstracto, a não militância revolucionária, os apoios internacionais que se buscam e com que se acena e se especula, os modos, os comportamentos, a «oratória» inflamada, etc., etc. — enfim, um projecto burguês patente. Do outro, o culto do aparelho, do cupulismo dogmático, da militância acrílica, da manipulação da linguagem estereotipada, a repulsa pelas experiências colectivas e pelas práticas de massa (não controladas), a importância dada à conquista de posições-chave em todos os sectores, a canina fidelidade ao M.F.A. — mito, etc., etc. — enfim, a prefiguração de um projecto «estatizante» e dirigida onde a criatividade das massas não tem lugar.

● «MULTIPLICIDADE

listas mas em que se está ainda longe do socialismo. Enfrentar simultaneamente problemas de desemprego, de falta de mercados, de reconversões necessárias, de balança de pagamentos, de boicotes encobertos ou declarados, de escassez de meios financeiros, etc., exige uma disciplina e uma contenção que a maioria dos portugueses ainda não conheceu desde o 25 de Abril. Impõe a adopção de medidas que só uma incontestada autoridade revolucionária tem o direito e o poder de tomar e aplicar.

● «SÃO GRANDES OS RISCOS»

O M.F.A. apercebeu-se da situação, mas não conseguiu formular a resposta: o Plano de Acção Política constitui novo compromisso, no momento em que já era perigoso mais um compromisso. O M.F.A. confiou ainda nos partidos, confiou ainda numa equipa económica a que atribuiu competência, aplicação, convicção revolucionária. Mas o P.A.P. não podia fazer mais do que preparar nova crise política: de uma forma ou de outra, ela teria de surgir. Aí a temos, pois.

Dir-se-á que, entretanto o M. F. A. aprovou o «documento-guia» sobre o poder popular. É certo. Trata-se de uma apaixonante prefiguração do que poderá um dia ser uma sociedade socialista. É importante, mas a concretização de tal projecto passa, infelizmente, pelos próximos 3 ou 4 meses. E para ultrapassar estes teria sido indispensável que o M.F.A. fizesse publicamente uma profunda autocritica. Teria sido decisivo que pronunciasse publicamente uma severa acusação ao Partido Socialista por, em plena crise política, ameaçar com uma paralisação geral do país, e ao Partido Comunista por, no dia 4 de Julho, ter criado artificialmente um clima de tensão que quase prenunciava uma guerra civil (por que ter medo das palavras?). Teria sido importante sacrificar algumas cabeças para reconstruir um prestígio que ele próprio considera abalado.

Faça a isto, o que pode um partido de esquerda, se não seria no caso vertente? Manter-se calmamente no seu lugar, dando a ideia tranquilizadora de que a indústria está bem entregue, admitindo que nele se continua a depositar confiança? Mas a indústria não está bem nem mal entregue. O problema, simplesmente, não é esse. A indústria «segura-se» no dia em que se «segurar» a economia, e nesse dia «segura-se» o próprio processo revolucionário. Ora isso só é possível fazer-se politicamente, ao mais alto nível político, ao nível M.F.A. Só é possível fazer-se com uma clara afirmação de isenção revolucionária. De outra forma, poder-se-á mesmo assim «segurar» a economia, mas talvez isso custe demasiado em termos revolucionários: será inevitável uma acção repressiva, tanto mais dura quanto mais dias passarem. Mesmo admitido que um M.F.A., na ausência de outra alternativa, venha a trilhar esse caminho, serão então bem diminutas as hipóteses de vir a cumprir-se o programa revolucionário do «documento-guia». São grandes os riscos.

Têm sido ditas tantas palavras, tantas têm sido as sábias

Pais Stop Inclusiveamente através R.C.P. fazem apelos constantes tentar travar passo à reacção como se estivessemos face nova ridicula intontona Stop Federação Distrital Porto P.S. adverte M.F.A. conforme contacto directo ontem feito chefe Estado-Maior 1.ª Região gravidade tais manobras contra-revolucionárias e assume responsabilidade forma ordeira livre democrática favor nossa revolução como decorrerá comício Antas Stop Porém denuncia provocações P.C.P. Intersindical únicos responsáveis confrontações possam verificar-se Norte à semelhança aconteceu Rio Maior Stop».

ATAQUE DA REACÇÃO À COPROTERMO

Dos trabalhadores da Cooperativa de Produção de Termotecnia recebemos o seguinte comunicado:

«Ao chegarem hoje, dia 17 do corrente, às 8h30, às instalações desta Cooperativa, sita na Rua Delfim Ferreira, 399—Porto, depararam os trabalhadores com a fachada do edifício largamente «decorada» com comunicados anónimos de carácter reaccionário, atacando os trabalhadores ameaçando-os de morte e difundindo calúnias contra a comissão de trabalhadores e contra o M. F. A. (comparando-os aos oficiais de Hitler e apelidando-os de KGB à Portuguesa).

Foi encontrado, em abundância, um comunicado incitando os trabalhadores a uma greve de braços caídos, e terminando com a palavra de ordem: «Socialismo sim — Ditadura não». Os trabalhadores desta Cooperativa (Coprotermo) repudiam tais ataques reaccionários, dizem não a um socialismo de braços caídos e confiam totalmente no M. F. A.»

—preconiza o P. R. P. (B.-R.) face à ruptura do poder político

O Secretariado Político do Partido Revolucionário do Proletariado, Brigadas Revolucionárias (P.R.P.-B.R.) difundiu extenso comunicado acerca do actual momento político, no qual se refere, nomeadamente:

«A situação de ruptura que se vive a nível do poder político-militar materializou-se, entre outras coisas, no projecto de ligação Povo-M.F.A., recentemente aprovado pela Assembleia deste Movimento. A ofensiva desencadeada pelo P.S. e a saída confirmada do P.P.D. do Governo clarificam a situação e colocam os revolucionários perante a tarefa urgente de encontrar soluções concretas, de modo a que tudo reverta a favor do proletariado e contra a reacção e a burguesia. A actual ruptura só reverterá a favor de uma perspectiva revolucionária se, imediatamente, forem tomadas medidas de carácter económico que transformem, radicalmente, a estrutura da economia deste país, cortando com as dependências do imperialismo, reconvertendo sectores e distribuindo os sacrifícios igualmente por todos; estas medidas têm de estar ligadas a uma clara definição do poder político, com uma posição de classe definitiva e que corresponda ao mesmo espírito que fez aprovar o projecto de ligação Povo-M.F.A.

«Preocupa-se grandemente este Partido — acentua noutro passo — com a conjugação das várias movimentações que, de um modo ou outro, vão constituindo uma ofensiva da reacção. A agitação e organização da pequena e média burguesias, a cujos interesses de classe corresponde a política antiproletária do P.S., constituem um su-

porte social importante para uma manobra de conjunto da reacção. E este mesmo P.S. que diz, agora, que «o Povo não está com o M.F.A.», que apoiou o M.F.A. de Spínola e que geralmente esteve com o M.F.A. quando ele assumiu posições reaccionárias e contra quando ele assumiu posições progressistas.

★ «ORGANIZAÇÕES ARMADAS DA DIREITA DESENVOLVEM-SE»

E prossegue: «Por outro lado, as organizações armadas da direita dão mostras de desenvolver e consolidar a sua estrutura. Mas pensa o P.R.P.-B.R. que, tal como disse no passado, o grande perigo é uma intervenção imperialista para a qual as citadas movimentações e as organizações armadas de direita podem constituir um pretexto e um suporte. Por isso, pensa este partido que as classes trabalhadoras e as forças progressistas (políticas e militares) se devem preparar para uma defesa generalizada contra um inimigo forte.

Se aos militares progressistas se exigem medidas firmes neste momento, no entanto, há que caminhar rapidamente para a construção de um Exército Revolucionário Popular.

«Considerando todos estes perigos e a necessidade de se tomarem medidas claras e rápidas, o P.R.P.-B.R. vem, no entanto, advertir contra possíveis campanhas alarmistas e contra o espírito boateiro, que em nada contribuem para clarificação da situação actual».

E o comunicado conclui: «A presente crise não se poderá resolver sem uma opção clara e definida, incompatível com habilidades e conciliações, e baseada na unidade dos trabalhadores e dos militares progressistas. Esta opção tem de ser assumida rapidamente, sob pena de graves riscos para todas as forças progressistas deste país».

Reacções provocadas pelo actual momento político

A nossa Redacção tem chegado comunicados de diversas organizações, especialmente da região do Norte, sobre a actual conjuntura política que o País atravessa.

Muitos desses comunicados alertam contra o que consideram uma nova escalada reaccionária, propondo vigilância activa contra tais manobras e chamando principalmente a atenção para «carácter anti-revolucionário» do comício que o Partido Socialista efectua hoje no Estádio das Antas.

Nesse sentido recebemos comunicados das seguintes entidades: Comissão Dinamizadora Local da Escola Comercial de Filipa de Vilhena, do Porto; Comissão da Freguesia de Massarelos da U.J.C.; Conselho de Defesa da Revolução do Liceu Nacional de Matosinhos; estudantes e trabalhadores do Hospital Escolar de S. João; trabalhadores comunistas da TAP, no Porto; Conselho Directivo da

las-Artes do Porto; Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Santa Marinha.

Apoiando a decisão tomada pelo Partido Socialista no presente momento político e convocando para o comício já referido do P.S. foram-nos enviados comunicados dos seguintes sectores do Partido Socialista: Secretariado da Secção de Guimarães; Secretariado da Freguesia de Massarelos, Porto; Federação Distrital do Porto; Secção de Valadares; Núcleo Técnico do Trabalho (Norte); Federação Distrital de Vila Real e Trabalhadores Socialistas da Empresa Pré-Trofa.

Será hoje assinado o novo C.C.T.

Vai realizar o I Congresso das Comissões de Trabalhadores

O Secretariado Nacional Provisório Intercomissões de Trabalhadores, que engloba elementos de várias empresas, nomeadamente da EFACEC, Camboournac, TIMEX e Petroquímica, durante uma conferência de Imprensa, convocada para esse efeito, anunciou a realização do I Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores, o qual visa, essencialmente, a definição das estruturas do processo de luta revolucionária a desenvolver, futuramente, pela classe operária.

Muito embora não esteja marcada a data para a realização do Congresso, prevendo-se que seja nos últimos dias de Agosto, nem o local do encontro, que será alargado a todas as organizações de traba-